

Mudar para valer

*MARCELO DE PAIVA ABREU**

A estratégia governista para vencer o segundo turno é a de que a melhor defesa é o ataque. Como o governo tem muito a defender, muitos dos ataques têm sido virulentos e despropositados. A mesma estratégia no primeiro turno facilitou a aproximação entre Marina Silva e Aécio Neves. Agora, corre o risco de alienar eleitores de Dilma que possam desconfiar de que o mal disfarçado desespero da campanha reflete a consciência de que o governo está em crise.

Agora, a ofensiva petista concentra o fogo nas alegadas fraquezas do desempenho do governo tucano entre 1995 e 2002. Seria indicação de que um eventual governo Aécio Neves tenderia a repetir tal desempenho. É uma tentativa de tomar menos perceptível a progressiva deterioração na concepção e implementação da política econômica de Lula I a Lula II e de Lula II a Dilma, à medida que a coalizão governista se afastava da fórmula herdada de FHC, criticada e inicialmente copiada pelo PT. E de pôr em segundo plano o mau desempenho do governo Dilma, baseado na “nova matriz macroeconômica”.

O aspecto mais grave do diagnóstico pretensamente histórico da campanha governista é a amnésia em relação ao pavoroso retrospecto petista quanto a questões econômicas e políticas de importância crucial, como a oposição ao Plano Real em 1993-94 e à eleição de Tancredo Neves em 1985. Ainda em 2002, o programa do partido incluía joias do calibre dos plebiscitos das dívidas interna e externa. A herança de 2003 foi em boa parte maldita por causa de expectativas negativas quanto ao comportamento do PT no governo. É útil retirar lições da história, desde que não se escamoteie parte da evidência.

E não é que possa ser dito que o PT progrediu e, a partir de 2002, tenha adotado ideias menos estapafúrdias, há substancial evidência de que a atual presidente é reincidente em teses obsoletas sobre questões cruciais sobre as quais houve a ilusão temporária de ter sido alcançado consenso, tais como o papel do Estado na produção e na regulação, como ilustram suas declarações recentes sobre a autonomia do Banco Central (BC) e a Petrobrás.

A questão da autonomia de bancos centrais é complexa. Mas a argumentação da candidata à reeleição foi de primarismo lamentável, totalmente alinhada com as baboseiras petistas do auge do sectarismo pré-conversão temporária de Lula a políticas econômicas prudentes. Segundo Dilma Rousseff, conceder autonomia ao BC seria capitular ante os interesses dos bancos privados. A presidente prefere bancos públicos abastecidos por artifícios contábeis duvidosos e empenhados na concessão de créditos subsidiados a comensais selecionados.

A devoção de Dilma à superioridade gestora do Estado ganhou corpo e abarcou desde o inchado BNDES até a Petrobrás. Neste último caso, havia claro viés autocongratatório, em vista de seu envolvimento na gestão da Petrobrás, seja à frente do Ministério de Minas e Energia, seja à frente do Conselho de Administração da empresa.

O castigo veio a cavalo. O PT usou e abusou, no passado, do falso argumento de que o PSDB tinha planos de privatizar a Petrobrás. Poucos poderiam imaginar que a ênfase estivesse ao menos parcialmente amparada na necessidade de financiamento de partidos ou membros de partidos da coalizão governista. A mistura de inépcia e pilhagem deveria envergonhar todos os brasileiros. E o máximo que consegue articular a candidata governista é que se articula um “golpe” na esteira da apuração de grotescos superfaturamentos.

O caso para não votar no governo estava amparado na alternância de poder. O caso agora ficou muito mais robusto. É preciso que o novo governo desmonte o sistema de ordenha sistemática do Estado – ou seja, todos nós – com justificativas alegadamente políticas. É difícil de subestimar a magnitude das mudanças que serão exigidas para que o Brasil volte aos trilhos da normalidade.

* Doutor pela Universidade de Cambridge, é Professor Titular no Departamento de Economia da PUC-Rio.